



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA:

Transformações econômicas dos espaços urbanos e rurais

KARLOS PHILIPPE DO NASCIMENTO ALVES

**EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB: ESCASSEZ DAS
INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM NOVOS BAIRROS E REGIÕES PERIFÉRICAS**

**GUARABIRA
2021**

KARLOS PHILIPPE DO NASCIMENTO ALVES

**EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB: ESCASSEZ DAS
INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM NOVOS BAIROS E REGIÕES PERIFÉRICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Geografia.

Orientador: Prof^a. Ma. Ana Carla Dos Santos Marques.

**GUARABIRA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474e Alves, Karlos Philippe do Nascimento.
Expansão urbana do município de Jacaraú/PB [manuscrito]
: escassez das infraestruturas sociais em novos bairros e
regiões periféricas / Karlos Philippe do Nascimento Alves. -
2021.
40 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2021.
"Orientação : Profa. Ma. Ana Carla dos Santos ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH."
1. Cidades pequenas. 2. Infraestruturas urbanas. 3.
Segregação Urbana, Jacaraú/PB. I. Título
21. ed. CDD 307.76

KARLOS PHILIPPE DO NASCIMENTO ALVES

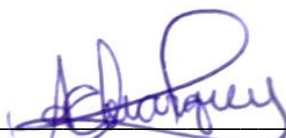
EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB: ESCASSEZ DAS
INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM NOVOS BAIRROS E REGIÕES PERIFÉRICAS.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduado em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.

Aprovada em: 14/10/2021.

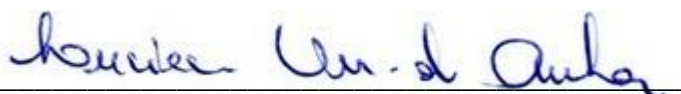
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Ma. Ana Carla Dos Santos Marques (Orientadora)
Professora Substituta
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Elton de Oliveira da Silva (Examinador Interno)
Professor Substituto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a Dra. Luciene Vieira de Arruda (Examinadora Interna)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus. A minha família, por sempre me apoiar e sonhar junto comigo, DEDICO.

O grande erro é considerar a urbanização
como uma variável independente e não o
que ela realmente é: um epifenômeno.

Milton Santos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 200.....	21
Mapa 1 – Localização de Jacaraú-PB.....	22
Figura 1 – Foto aérea – Jacaraú, 2001.....	23
Figura 2 – Foto aérea – Jacaraú, 2018.....	24
Figura 3 – Foto aérea – Jacaraú, 2021.....	24
Mapa 2 – Áreas ocupadas e em ocupação (regular, irregular e regularizada)...	26
Figura 4 – EMEIF Alzira Toscano Lisboa.....	27
Figura 5 – EMEIF Professora Neuza Medeiros Alves.....	28
Figura 6 – EMEIF Senador Ruy Carneiro.....	28
Mapa 3 – Mapa urbano municipal.....	29
Figura 7 – Posto/Centro de Saúde Daura Ribeiro.....	32
Figura 8 – UBS Maria Auxiliadora dos Santos Gomes.....	32
Figura 9 – USF Amaro da Motta Silveira.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Loteamentos 2015 e 2021.....	25
Tabela 2 – Distribuição escolar por bairros – Jacaraú, 2021.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CAGEPA	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
CEMEIs	CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL
ECIT	ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL E TÉCNICA
EEEM	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO
EMEIF	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
NASF	NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
USF	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES E O PAPEL DAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM SEU DESENVOLVIMENTO	15
2.1 O LUGAR DAS PEQUENAS CIDADES NA MALHA URBANA DO BRASIL	17
3. SEGREGAÇÃO URBANA E O PAPEL SOCIAL DAS CIDADES	18
4. CRESCIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ E A CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM NOVOS BAIRROS E BAIRROS PERIFÉRICOS	21
4.1 LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS.....	27
5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS E O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA.....	344
6. CONCLUSÃO.....	366
REFERÊNCIAS.....	388

043 - CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

TÍTULO: Expansão urbana do município de Jacaraú-PB: escassez das infraestruturas sociais em novos bairros e regiões periféricas.

LINHA DE PESQUISA: Transformações econômicas nos espaços urbanos e rurais.

AUTOR: Karlos Philippe do Nascimento Alves **MATRÍCULA:** 151435162

ORIENTADORA: Prof^a. Ma. Ana Carla dos Santos - UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: Prof. Me. Elton Oliveira da Silva - UEPB/CH/DG

Prof^a. Dra. Luciene Vieira de Arruda - UEPB/CH/DG

RESUMO

O crescimento urbano de qualquer cidade vem atrelado com o aumento populacional. Este, por sua vez, necessita de estruturas públicas para funcionar e impulsionar aquele. Sem estruturas como transporte público, escolas, creches, postos de saúde e outros tantos necessários para a desenvoltura diária de uma cidade, a tendência é ocorrer um novo êxodo urbano de sua população de pequeno porte para grandes centros urbanos. O presente trabalho tem por objetivo, a partir da análise espacial e cartográfica, compreender as principais causas da carência de infraestruturas sociais em novos bairros e regiões periféricas do município de Jacaraú-PB e sua expansão urbana ao longo dos anos, bem como, o processo de segregação socioespacial para assim entender os processos que ocasionaram a falta dessas infraestruturas e sua espoliação nessas localidades. A pesquisa tem caráter quantitativa e o desenvolvimento foi realizado com base em levantamento bibliográfico, documental e observação de campo para diagnosticar a precariedade das infraestruturas em áreas periféricas da cidade. Como resultado, observou-se que a falta de estruturas nas regiões periféricas na cidade de Jacaraú-PB ocorre principalmente pela inconstância dos poderes públicos e da falta de conhecimento dos direitos resguardados constitucionalmente à população.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Infraestruturas urbanas. Segregação urbana. Jacaraú-PB.

043 – FULL DEGREE COURSE IN GEOGRAPHY

TÍTULO: Urban expansion in the municipality of Jacaraú-PB: lack of social infrastructures in new neighborhoods and peripheral regions.

RESEARCH LINE: Economic transformations in urban and rural spaces.

AUTHOR: Karlos Philippe do Nascimento Alves **REGISTRATION:** 151435162

SUPERVISOR: Prof^a. Ma. Ana Carla dos Santos - UEPB/CH/DG

EXAMINERS: Prof. Me. Elton Oliveira da Silva - UEPB/CH/DG

Prof^a. Dra. Luciene Vieira de Arruda - UEPB/CH/DG

ABSTRACT

The urban growth of any city is linked to population growth, which in turn needs public structures to function and drive this growth. Without structures such as public transport, schools, day care centers, health centers and many others necessary for the daily life of a city. It tends to promote a new urban exodus of its small population to large urban centers. The present work aims, from the spatial cartographic analysis, to understand the main causes of the lack of social infrastructure in new neighborhoods and outlying regions of the city of Jacaraú / PB and its urban expansion over the years, as well as the process of socio-environmental segregation. -spatial, thus understanding the processes that generated the lack of these infrastructures and their expropriation in these places. The investigation has a qualitative and quantitative character and in its development was carried out based on a bibliographic, documental and field observation survey to diagnose the precariousness of the infrastructures in the outskirts of the city. As a result, it was observed that the lack of structures in the outskirts of the city of Jacaraú / PB is mainly due to the inconsistency of the government and the lack of knowledge of the population's constitutionally protected rights.

Keywords: Small cities. Urban infrastructure. Urban segregation. Jacaraú-PB.

1 INTRODUÇÃO

Os questionamentos sobre urbanização e crescimento das cidades sempre foram uma abordagem curiosa para os geógrafos. Santos (1996) expõe que há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O autor divide o urbano como “o geral, o externo”, enquanto a cidade como “o particular, o interno”. Além disso, menciona que no passado era comum os geógrafos, ao iniciarem seus estudos sobre a geografia urbana, tratarem da gênese do objeto estudado e afirma que “é uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente.” (SANTOS, 1996). Corroborando com esse pensamento, Sposito (2000), no primeiro capítulo de sua obra “Capitalismo e Urbanização”, relata que para entender as cidades atuais, com suas complexidades organizacionais e os processos que deram origem a esses núcleos e que explicam sua extensão urbana, necessita-se de uma “volta às origens”, para assim entender como esses processos ocorreram e como se configuram no urbano atual.

A ideia de entender as cidades, desde sua formação até seu desenvolvimento capitalista e social, trata-se de uma reconstrução geo-história de uma comunidade ou povo. Segundo Damião (2014, p. 57), o estudo e o debate com temáticas urbanas cresceu e continua crescendo nas últimas décadas, principalmente por que a população está vivendo mais em espaços urbanos que no passado. Somente no Brasil, cerca de 84% da população vive em áreas consideradas urbanas.

É nesse conceito que surge uma pergunta: Todos que pertencem ao espaço urbano se beneficiam dele? Muitos autores argumentam que não, principalmente pelas características de segregação urbana. Guedes et al. (2017, p. 332) citando Abiko et al. (1995) destaca que “a cidade enquanto empreendimento deverá satisfazer as necessidades individuais e coletivas de vários setores”. Na falta desses atendimentos necessários, ocorre um processo de segregação em que uma pequena parcela da população terá acesso à determinada infraestrutura, enquanto outras ficarão privadas desse acesso. A esse tipo de acontecimento, Guedes et al. (2017, p. 335) denomina de “diferentes espaços dentro de uma mesma cidade”, o que forma uma divisão social entre as classes do setor econômico privilegiado e dos desprovidos desses recursos.

O estudo das cidades brasileiras, principalmente as de pequeno porte, é muitas vezes negligenciado pelos estudiosos da área de Geografia. Sobre isso Vieira et al. (2007, p. 139) relata que além da escassez de pesquisas envolvendo as ocorrências de processos em pequenas cidades, existe também a “dificuldade de caracterizar o que seria uma cidade pequena do ponto de vista qualitativo e não apenas considerando-as quantitativamente.” Nesse sentido, o autor continua se baseando no pensamento de Santos (1978), o qual busca classificar as pequenas cidades não pela quantidade de habitantes, mas pela dinâmica que ocorre em seu espaço. Entretanto, uma classificação definida sobre esse tema ainda é complexa e pode haver várias lacunas para suas classificações de forma coerente.

Sobre as definições dos estudos urbanos, Vieira et al. (2007, p. 140) assegura que as grandes metrópoles e as cidades médias, atualmente, tornam-se o principal objeto de estudo dos pesquisadores, os quais observam os problemas urbanos e sociais de forma mais explícita, mas esquecem das pequenas cidades, onde esses problemas ocorrem com a mesma dinâmica, ainda que em menor escala.

Isso reflete o quanto as chamadas pequenas cidades estão sendo prejudicadas. Já que, segundo Vieira et al. (2007), há distintas classificações de cidades. Por um lado, existem pesquisas que consideram pequenas cidades aquelas que têm menos de 100 mil habitantes, por outro lado, considera-se que uma cidade pequena tem um contingente populacional abaixo de 20 mil habitantes. Considerando a primeira ideia e observando que em nosso país há um número de 5.561 municípios (dados de 2000) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5.336 municípios possuíam até 100 mil habitantes, onde representa cerca de 45% da população e quase 96% dos municípios brasileiros. Assim sendo, percebe-se que a maior parte do território brasileiro é formado por pequenas e médias cidades e que elas enfrentam problemas sociais e dinâmicos em seus espaços. Esses problemas são evidenciados pela falta de infraestruturas sociais que venha a atender a população de forma digna e totalitária, pois mesmo nesses pequenos núcleos urbanos, as disparidades entre classes sociais ficam escancaradas. Essas desigualdades parecem ser mais próximas entre elas - pequenas cidades – que entre grandes centros urbanos e/ou metrópoles.

Em relação às pequenas cidades, podemos observar que há certa negligência do poder público e uma passividade da população em relação a essas infraestruturas necessárias. Principalmente por não conhecerem as garantias e os direitos dos

cidadãos, direitos esses embasados na constituição de 1988 que declara no Artigo 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, [...] a moradia, o transporte, o lazer, a segurança [...]” (BRASIL, 1988).

O crescimento urbano de qualquer cidade vem atrelado com o aumento populacional. Este, por sua vez, necessita de estruturas públicas para funcionar e impulsionar aquele. Sem estruturas como transporte público, escolas, creches, postos de saúde e outros tantos necessários para a desenvoltura diária de uma cidade, a tendência é ocorrer um novo êxodo urbano de sua população de pequeno porte para grandes centros urbanos. É preciso entender esse crescimento urbano não somente como um processo de criação de bairros com empresas e moradias, mas como algo fundamental e que carece do atendimento das necessidades espaciais para a população, as quais melhoram as condições de vida das pessoas que vivem próximas a esse crescimento e transformações espaciais.

Assim sendo, o presente trabalho buscou analisar a formação histórica dos bairros e loteamentos do município de Jacaraú-PB, localizado na região Imediata de Mamanguape-Rio Tinto, e a falta de infraestruturas sociais em localidades urbanas recentes, tais como escolas, postos de saúde, transportes públicos, água, esgoto, entre outros. Objetivando compreender as principais causas da carência de infraestruturas sociais e a razão de apresentarem-se de forma reduzida ou inexistente em território de novos bairros, loteamentos e nas periferias urbanas municipais, avaliando dados do crescimento da malha urbana ao longo dos últimos vinte anos e a formação de bairros nos últimos seis anos correlacionando a presença de infraestruturas sociais em bairros antigos e os impactos em decorrência da falta dessas infraestruturas nos bairros periféricos.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e de acordo com as etapas estabelecidas por esta abordagem, o desenvolvimento da pesquisa foi pautado na fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material coletado (DE SOUZA MINAYO et al., 2008). Nesta perspectiva, foi realizada inicialmente a pesquisa bibliográfica para o aprofundamento teórico sobre o tema, seguido de observação de campo para diagnosticar a precariedade das infraestruturas sociais em áreas periféricas da cidade, bem como, a realização de registro fotográfico.

2. FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES E O PAPEL DAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM SEU DESENVOLVIMENTO

Quando pensamos em sociedade, a primeira lembrança que temos é a de uma comunidade, um grupo de pessoas que estão juntas, seja por relações familiares ou por aproximação afetiva. As cidades comportam-se como a segunda opção.

Ao analisar as origens das primeiras cidades ao redor do mundo, percebemos que a maioria delas possui o mesmo padrão: agrupamento de pessoas que encontram comida, água e abrigo próximos e de fácil acesso. Mas o que transforma um agrupamento de pessoas em cidade vai além desses acessos. Sposito (2000) declara que

As mais antigas cidades tinham em comum, além da localização nos vales de grandes rios, uma organização dominante de caráter teocrático [...] e um traço da sua estrutura interna do espaço: a elite sempre morava no centro. (SPOSITO, 2000, p. 18).

Sposito continua dizendo que “pressupõem que a cidade surgiu em volta do mercado e que sua origem não está explicada essencialmente pelo econômico, mas sim pelo social e pelo político” (SPOSITO, 2000, p.17). Em resumo, a origem das cidades não está ligada à excelência da produção, mas à dominação das classes e do controle das classes consideradas inferiores ou rebaixadas.

De Deus (2004, p. 87), citando Mumford (1965) relatou que “ao contrário das convicções dos estatísticos censitários, a arte, a cultura e a finalidade política, não os números, é que define uma cidade”. Demonstrando assim, que a ideia de classificar as cidades pelo aglomerado populacional e pelo seu quantitativo, de certa forma, se tornaria problemático no momento em que a quantidade populacional viesse a aumentar ou a diminuir.

Com o passar do tempo, mais cidades foram sendo formadas ao redor do mundo, característica essa que não parou. Atualmente e considerando as diversas cidades, aquelas que tem maior importância são as que participam da maior fatia econômica e cultural, sendo essa característica a que define melhor sua importância dentro de um território.

A ideia de classificar as cidades não é algo recente, desde o período medieval já pensavam em classificação de cidades. O historiador francês Le Goff (2011 p. 147) afirmava que uma cidade no período medieval no ocidente possuía em torno de 10 a 20 mil habitantes para ser considerada importante, claro que havia exceções como a

própria Paris que, segundo o autor, pesquisas demonstravam possuir em torno de 200 mil habitantes.

Atualmente, as classificações de cidades são bem distintas entre si. De Deus (2004 p. 83) citando Soares (2000) discute que os critérios das instituições oficiais entram em consenso ao classificar as cidades de acordo com os critérios populacionais, pois essas instituições diferem muito em relação a classificação das pequenas cidades, já que o IBGE considera pequenas cidades aquelas que possuem um contingente populacional de até 100 mil habitantes (FERNANDES, 2018). Essa afirmação do IBGE é bastante controversa em relação a outros autores, tais como: Martine (1994), Veiga (2002) e outros.

Em relação à infraestrutura, as primeiras cidades possuíam espaços dedicados a diversas atividades sociais, como na antiga Roma onde se encontravam teatros, anfiteatros, fóruns (praças onde funcionavam os mais importantes edifícios) e as termas. Mesmo possuindo status de público, não era aberto para toda a população, já que muitas pessoas que não eram consideradas cidadãs perdiam o direito de adentrar nesses espaços (como servos, escravos e mulheres).

Guedes et al. (2017, p. 334) afirma que a origem das infraestruturas sociais é tão antiga quanto as próprias cidades, datando desde a construção das primeiras redes viárias dos calçamentos romanos até chegar aos vários tipos de pavimentos que hoje podem ser encontrados.

Nesse sentido, os lugares mais importantes nas antigas cidades concentravam-se no centro, onde se realizavam atividades administrativas e sociais, mesmo que com segregações sociais, algo não muito diferente em nossas cidades atuais. Dornelas e Mariano no livro didático de história do sistema MAXI (2019) de ensino descreve que:

A distribuição da população romana demonstrava essa diferença de condições sociais, uma vez que os patrícios, cidadãos romanos, moravam na região mais central da cidade e as classes menos favorecidas moravam nas áreas periféricas. (DORNELAS E MARIANO, 2019, p. 401).

Percebemos assim que as áreas centrais ficavam em poder dos mais favorecidos economicamente e politicamente, bem como, próximas das áreas de convívio social (como teatros, praças, anfiteatros e outros).

2.1 O LUGAR DAS PEQUENAS CIDADES NA MALHA URBANA DO BRASIL

A geografia é, possivelmente, de todas as disciplinas sociais, aquela em que o debate interno atual é o mais vivo e profícuo no Brasil. [...] A geografia se ocupa das relações entre a sociedade e o seu entorno, desde a comunidade humana e o planeta até a escala do lugar menor. (SANTOS, 2002, p. 30).

Esse fragmento de Santos (2002) traz luz às pequenas cidades que atualmente têm se tornado o tema central de diversas pesquisas acadêmicas, mesmo assim, há grandes dificuldades em classificá-las, segundo Fernandes (2018, p. 14), “devido, sobretudo, à quantidade, à diversidade e à proximidade delas com o meio rural, gerando uma complexa confluência entre o urbano e o rural”. Mesmo assim o autor citando Endlich (2006) intensifica a preocupação de que “não contemplar as pequenas cidades é esquecer a realidade urbana”. Seguindo essa perspectiva, estaríamos negligenciando a nossa própria origem, já que todas as grandes e médias cidades, metrópoles e megalópoles em algum ponto do espaço-tempo iniciaram-se como pequenas cidades e foram evoluindo sua malha urbana até o estado atual.

Essa questão, já debatida, é chamada por Santos (1993, p. 70) de “miragens”, visto que, as séries estatísticas estão sempre se modificando ao passar das décadas, sendo difícil classificar uma cidade hoje como pequena, sendo que, nos anos seguintes podem ser classificadas como cidades médias, e vice-versa.

Damiani (2006, p. 145) diz que “o processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades”. Característica essa que tornam as pequenas cidades tão urbanas e com diversos problemas sociais quanto as grandes cidades e capitais.

Levando em consideração o contexto urbano brasileiro a partir de 1970, Fernandes (2018, p. 14) citando Monte-Mór (2006) relata que essa urbanização “estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo (...) atingindo, finalmente, as pequenas cidades”.

É evidente que as pequenas cidades são, em sua maioria, esmagadoras de áreas urbanas do Brasil, mesmo não sendo as maiores e mais desenvolvidas em tecnologias urbanas, elas possuem papel vital na transformação espacial e nas atividades econômicas, quer sendo matriz de matérias-primas, quer sendo origem da

mão de obra para a indústria e para a continuidade do avanço das grandes cidades metropolitanas de suas regiões próximas.

3. SEGREGAÇÃO URBANA E O PAPEL SOCIAL DAS CIDADES

Com o crescimento e modernização dos antigos centros urbanos ou com a construção de bairros planejados, as cidades passaram a negligenciar o seu papel de desenvolvimento igualitário e, segundo Damiano (2014), deixam de pensar “a cidade como um espaço público voltado para todos”.

Damiano (2014, p. 59) reflete o pensamento de Correia (1989) de que “a cidade capitalista é reflexo da sociedade capitalista, o que significa que ela é em sua essência desigual”, ou seja, o espaço da cidade é condicionado a essa situação de segregação pelo próprio sistema que a rege.

Ou seja, as cidades são, de certa forma, segregadas pelo próprio sistema de governo, o Estado, este que, Damiano (2014, p. 61) chama de “Juiz do Jogo” o qual possui a capacidade de reverter essas situações de segregação que está sob seu poder. Guedes et al. (2007, p. 332) classifica os governantes como “representantes dos interesses da população” e assegura que esses deveriam “atuar como agentes modeladores para a estruturação do município”.

Tratando especificamente sobre as pequenas cidades, Orlando Moreira Junior (2010) apresenta os dois lados da segregação em cidades pequenas, ao dizer que:

Ao se pensar estritamente as cidades pequenas, nos aludimos a relação mais próximas de sociabilidade entre as pessoas tal qual uma maior proximidade dos agentes políticos com a sociedade local. Hipoteticamente, o tamanho territorial das pequenas cidades permitiria uma maior proximidade entre as pessoas que vivenciam os mesmos espaços públicos [...]. Contudo, as alterações das relações sociais das cidades e a fragilidade da unidade urbana não se dão apenas nas grandes e médias cidades, mas na sociedade como um todo, logo, o fenômeno de segregação urbana também se faz presente em cidades de pequeno porte. (JÚNIOR, 2010, p. 138).

Evidenciando assim que, também em pequenas áreas urbanas, ocorrem os mesmos problemas enfrentados pelos grandes e médios centros urbanos. Esses problemas são definidos a partir da falta de alguma infraestrutura que atenda determinado grupo de pessoas, tais como: falta de transportes públicos, hospitais, escolas, praças, postos de saúde da família, atendimento de agentes comunitários de saúde e endemias, entre outros.

Esse conceito é amparado pela Lei nº 10.257/2001, nas diretrizes gerais da política urbana, sob artigo 2º onde encontramos que o direito às cidades também compreende a direitos fundamentais, tais como: moradia, saneamento, transportes, serviços, trabalho, lazer e a infraestruturas urbanas. Não se resumindo a apenas o momento presente, mas também a posteridade.

Com a falta dessas infraestruturas, a sociedade ou parte dela acaba por sofrer consequentes disparidades dentro do mesmo território, em que um grupo se desloca quilômetros em busca de atendimento para determinada necessidade ao passo que outro o encontra “nas esquinas de casa”. Santos (2007, p. 141) cita que “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo”.

É interessante destacar que a maior parte dessas infraestruturas foi e é pensada para uma população de agora ou talvez para os próximos quatro anos de governo, e acaba por esquecer que a população continua em crescimento (percebendo-se pela criação de novos bairros e o superlotação de salas de aula, principalmente dos anos de ensinos fundamentais).

No Brasil, encontramos alguns passos para tentar diminuir as diferenças sociais urbanas principalmente a partir da década de 1960 com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação), posteriormente sendo substituído pelo Estatuto da Cidade a partir de 2001. Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, em 2005 houve a criação do Sistema Nacional de Habitação e a Política Nacional de Habitação, passando pelos próximos sete anos sendo criados planos, programas e sistemas voltados a mobilidade e organização urbana. Atualmente há uma releitura do programa Minha Casa Minha Vida.

Os problemas urbanos não se restringem apenas ao Brasil, a ONU (Organização das nações Unidas) em seu Plano de Desenvolvimento propõe ter até 2030 a construção de “cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, mas aparentemente esse objetivo está bastante distante de se realizar, já que as atuais cidades passam por problemas singulares e gerais, como a própria questão de migração e refugiados.

Sobre as disparidades urbanas e segregacionais, Sposito (2000, p. 66), comparando ruas de alguns bairros da cidade de São Paulo, declarou que a “segregação social também claramente se manifesta nas formas espaciais”. Baseada nessa comparação, a autora afirma que as diferenças entre as ruas “são tão grandes,

que parece difícil admitir que são paisagens do mesmo espaço”, observando assim que há padrões explícitos nas paisagens urbanas de um mesmo espaço geográfico, neste caso as cidades.

Santos (2001, p. 119), tratando de espaços sem cidadãos, declara que “o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”.

Em se tratando da situação social, Santos (2001 p. 165) expõe que uma parcela da população não possui condições de mudar-se de uma área menos valorizada (sem infraestruturas socioespaciais, sem serviços públicos) para áreas que oferecem esses serviços devido à falta de recursos financeiros, e que “pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados por preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja [...] menor”.

Essa situação, adjunta de outras e com a fragilidade do poder público em atender as necessidades sociais dessas regiões, acaba por segregar determinados bairros e, esses mesmos bairros, “vê-se desfavorecidos em razão da fragilidade dos instrumentos administrativos, crescendo-se a isso a maior possibilidade, na periferia, de exercer uma pressão sobre o governo central”.

A divisão de classes dá a ideia de que um grupo que não tem acesso aos serviços básicos de infraestrutura não necessita dessas estruturas. Santos (2007), citando as disparidades sociais das grandes cidades, comenta que “há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde os que, farto e recursos, podem utilizar a metrópole toda, até os que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade [...]”. Santos (2001 p. 124-125) também declara que

O destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos [...]. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 2001, p. 124-125).

Damiani (1999) declara que

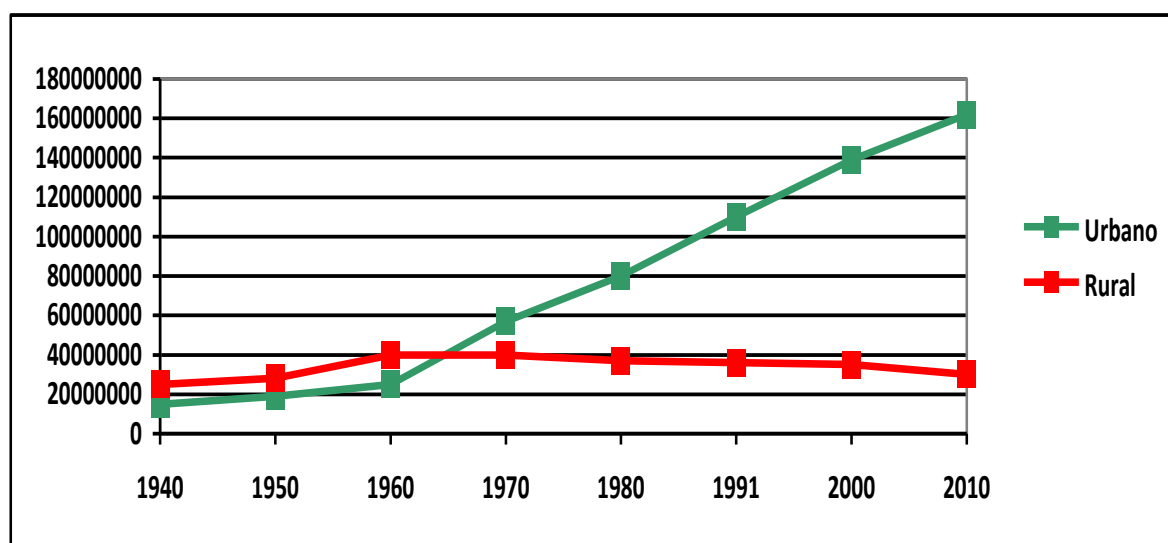
O Estado, os poderes são do outro, do outro cidadão, daquele que retira o direito de morar, de habitar, de viver nos lugares normais e reais [...] principalmente das mais pobres, mas não só elas, pois a valorização dos espaços expulsa e problematiza mais de uma camada social. (DAMIANI, 1999, p. 59).

4. CRESCIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ E A CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EM NOVOS BAIROS E BAIROS PERIFÉRICOS

Jacaraú é um município localizado na Região Imediata de Mamanguape-Rio Tinto (IBGE, 2017). Possuindo limite ao norte com o estado do Rio Grande do Norte, e com os municípios paraibanos de Mamanguape (leste-sul), Curral de cima, Pedro Régis (sul) e Caiçara (Oeste) (Mapa 1).

Sua emancipação do município de Mamanguape-PB ocorreu no início da década de 1960, pela lei estadual nº 2.604 de 01-12-1996, período em que coincidiu com o aumento populacional urbano brasileiro que vinha desde 1950 e se consolidou como maioria urbana em 1970, como mostra o gráfico 1, sendo elevada para o status de Município pela Lei Estadual nº 2.604/61. Desde então teve um avanço urbano modesto até meados dos anos 2000, onde se observa uma rápida apropriação territorial e a criação de novos bairros em seu território urbano.

Gráfico 1 – População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 2000



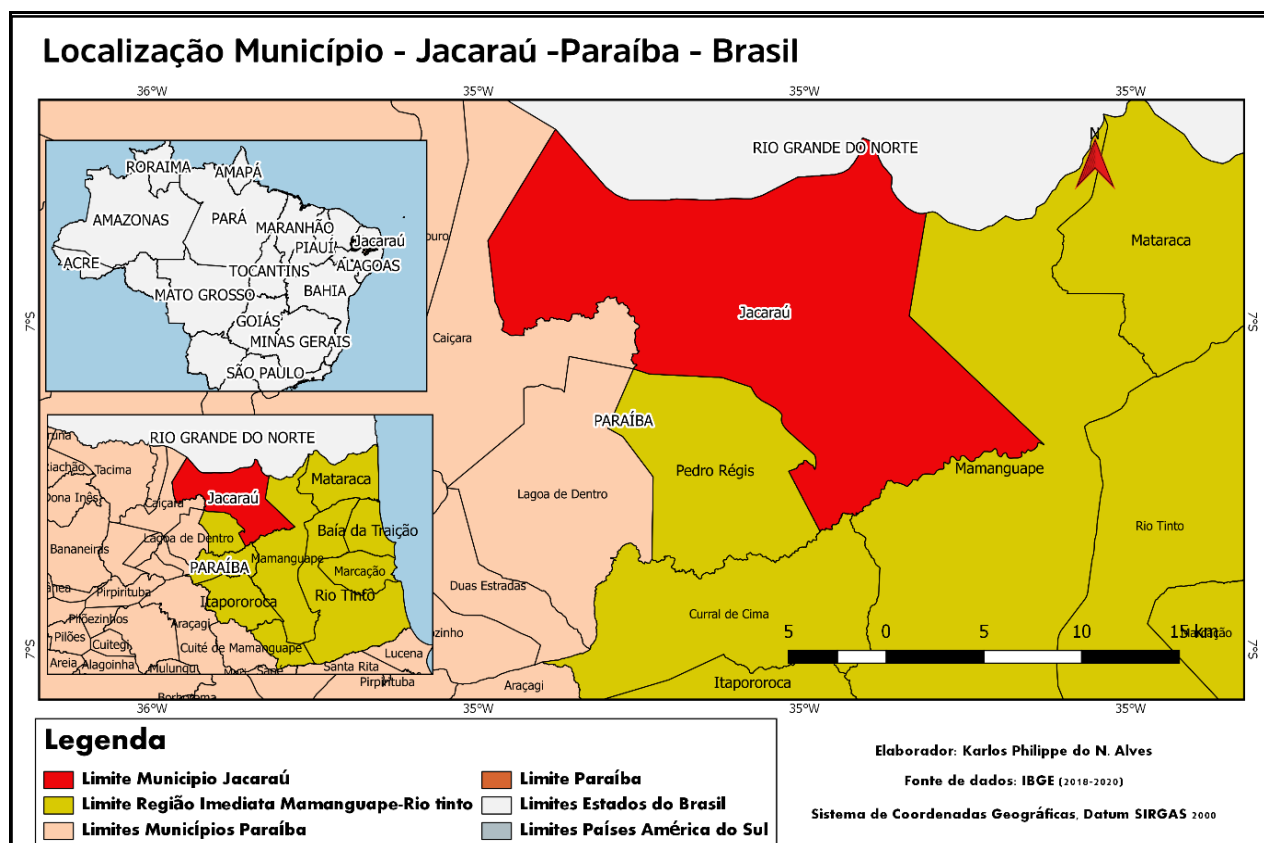
FONTE: Adaptado pelo autor, IBGE (Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Grande parte dos atuais bairros caracterizavam-se como centro distrital antes mesmo da emancipação municipal, fator esse que influenciou a dinâmica espacial de forma incostante e irregular das ruas centrais-históricas. Ao longo dos anos 2000, observaram-se algumas modificações principalmente nas ruas principais, ao retirar e realocar praças e estruturas semelhantes.

Segundo Soares De Farias (2010, p. 29-41), em relação a dinâmica espacial da cidade de Jacaraú, observa-se até 1997 uma expansão territorial iniciando com o

avanço do núcleo central para a porção leste entre as décadas de 60-70 juntamente com a porção oeste, os quais originaram os bairros do Centro, Caixa D'água, João Francelino e partes do bairro Pedro Duarte (até então pertencente ao centro, antes da Lei Municipal 347/2018).

MAPA 1 – Localização do município de Jacaraú-PB



FONTE: Adaptado pelo autor, IBGE 2018-2020.

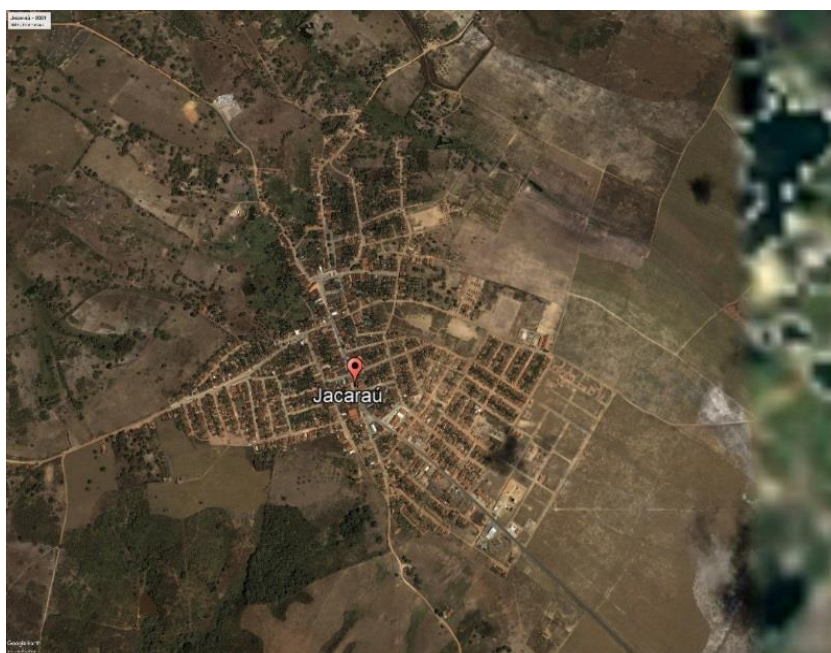
A partir de 1990, houve o crescimento das porções periféricas, intensificando o crescimento a leste e sul do município, com a anexação de uma nova área na porção central leste, da formação dos bairros São José, Ex-combatente Jorge Vitorino (até então chamada de comunidade Alto do Cruzeiro), São José (Antigo loteamento Virgílio Ribeiro), Virgílio Ribeiro (anteriormente Loteamento Daura Ribeiro), Aureliano Pessoa (antigos Loteamentos Nova Jacaraú e Nova Jacaraú 3) e a outra parte do Bairro Pedro Duarte.

Ao compararmos as imagens de satélite de 2001 a 2021 (figuras 1, 2 e 3), nota-se que o município continua sua expansão principalmente para a porção sul, às margens da rodovia PB-071. Nascimento et al. (2011) relatou um processo semelhante a esse que aconteceu em Ponta Grossa-PR, em que o “perímetro urbano

se processou acompanhando grandes vias de deslocamento rodoviário [...] ocorreu preferencialmente nesta mesma direção, mas em intensidades bastantes distintas no tempo e no espaço”.

Nesse momento da pesquisa, se faz necessário definir o porquê de estarmos classificando como expansão e não crescimento da malha urbana do município de Jacaraú. Primeiro, mesmo percebendo um crescimento acentuado da cidade para a parte sul, houve também crescimento para as porções leste, oeste e norte da cidade e, embora tenha sido um crescimento retraído, ocorreu e ainda está ocorrendo no território estudado e em sua maioria de forma irregular e precária.

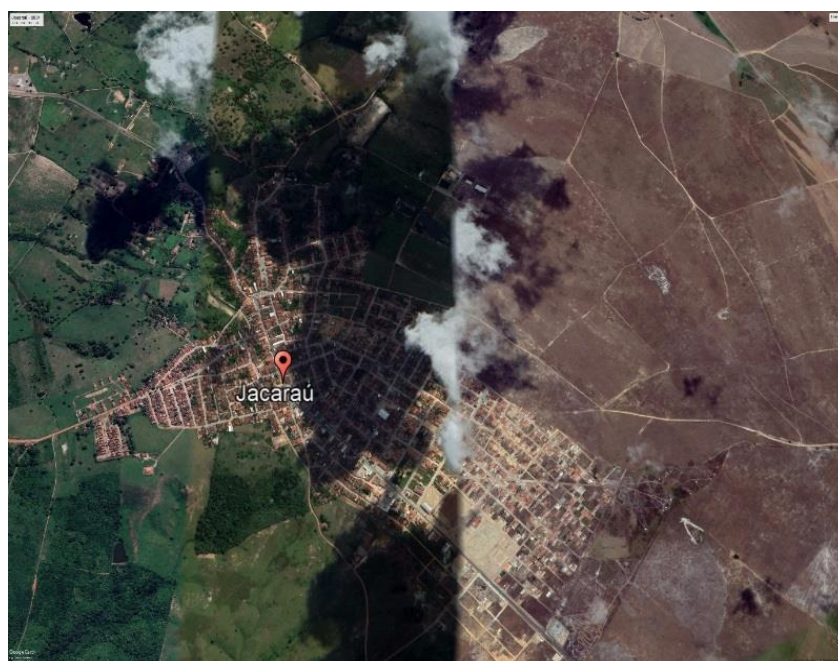
FIGURA 1 - Foto aérea – Jacaraú, 2001



FONTE: Google Earth, Adaptado, 2021.

FIGURA 2 - Foto aérea – Jacaraú, 2018

FONTE: Google Earth, Adaptado, 2021.

FIGURA 3 - Foto aérea – Jacaraú, 2021

FONTE: Google Earth, Adaptado, 2021.

Percebe-se a criação de novos bairros e crescimento dos já existentes a partir de 2010 com o surgimento de loteamentos próximos ao Presídio Municipal, na região do Sítio Luiz Gomes (mesmo sendo considerado zona rural, está a aproximadamente 2km de distância do centro da cidade) próximo ao Cemitério Municipal Frei Damião e ao longo da rodovia PB-071, em ambos os lados.

Em pesquisa realizada junto ao Cartório de Registro de Imóveis Dias Cruz, com supervisão da Oficial de Registro Zilda Fernandes da Cruz Bezerra, percebeu-se que parte dos novos loteamentos e bairros não possuem registro junto ao cartório, isso impossibilita alguns direitos que são salvaguardados em lei quando o possível loteamento é registrado, tais como abastecimento de água, energia elétrica, esgoto, pavimentação de ruas, criação de espaços públicos diversos e implementação de estruturas sociais nessas localidades.

Os últimos loteamentos criados e registrados em cartório foram o Vista Serrana - 2015, Santa Inês - 2017 e Jardim das Serras – 2021. Com isso, realizou-se um comparativo dos loteamentos Vista Serrana e Jardim das Serras (Tabela 1), ambos voltados para uma mesma direção geográfica, ao Sul da cidade e localizados lado a lado (possuindo apenas a Rodovia PB-071 como divisor territorial entre si).

Tabela 1 – Loteamentos 2015 e 2021

Comparativo de Loteamentos		
Loteamento	Vista Serrana – 2015	Jardim das Serras - 2021
Quadras	16	15
Lotes	385	395
Área Equip. Comum.	7.196,31 m ²	3.749,00 m ²
Área Verde	14.596,67 m ²	32.648,90 m ²
Área Total	138.993,54 m ²	158.125,00 m ²

FONTE: Adaptado pelo autor, 2021.

Ao compararmos os dois loteamentos, percebemos que o Jardim das Serras, mais recente em ser constituído como loteamento, possui em sua estrutura uma quadra, 10 lotes e cerca de 17.000 m² em área superior que o anterior. Por outro lado, a área destinada a construção de infraestruturas sociais e comunitárias teve redução de quase 50%. Isso mostra que os novos bairros e loteamentos tiveram uma diminuição de áreas destinadas a construção de postos de saúde, praças, hospitais, escolas e outras estruturas de auxílio à sociedade.

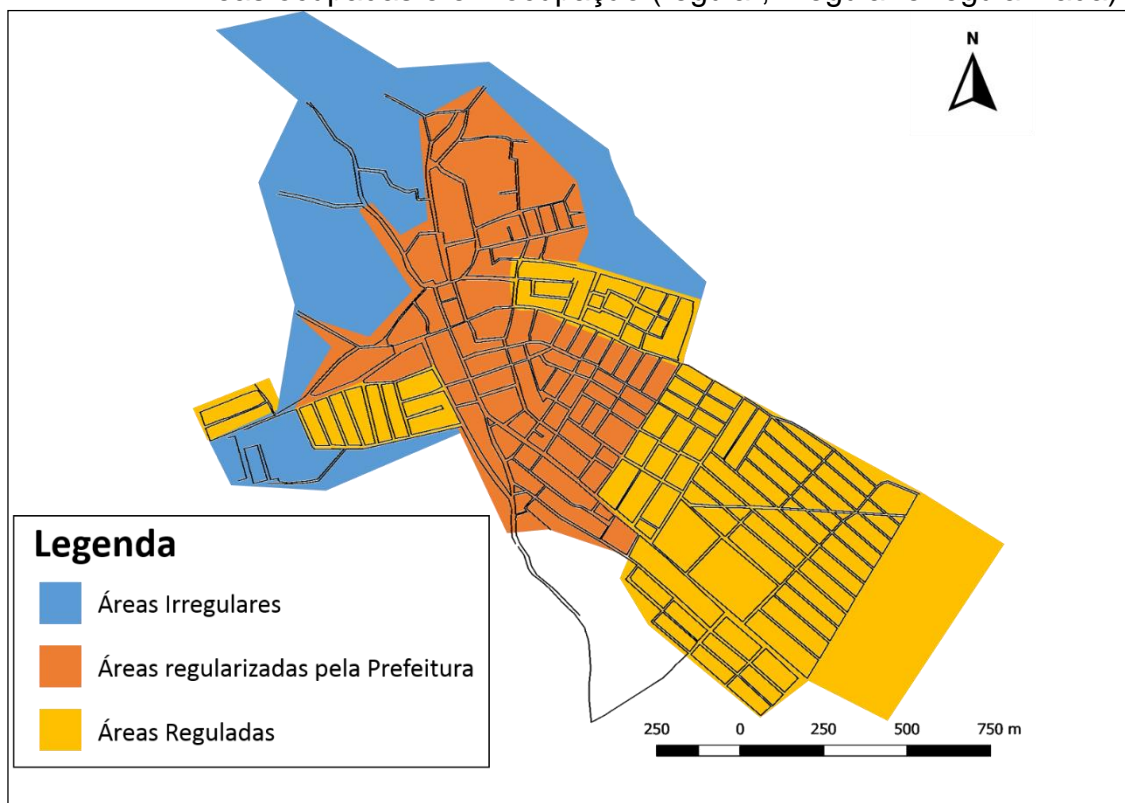
Se compararmos a área total e a quantidade de lotes, perceberemos que a tendência de crescimento populacional nessa área torna-se alta, já que a diferença de criação de novos loteamentos ocorre em média de dois anos e meio, não registrando aqui a criação de loteamentos irregulares que ocorrem de forma ampla na cidade.

Sobre esse fator, percebe-se que grande parte da área urbana municipal, principalmente das regiões norte e leste crescem de forma irregular, com a criação de loteamentos não registrados, ficando assim sem assistências ou planos de criação de

estruturas nessas localidades que possam atender aos moradores sem precisar se deslocar para regiões distantes de seus lugares, esses que são de convívio e relações interpessoais.

Analisando as imagens a seguir percebe-se a diferença entre os loteamentos planejados e registrados e aqueles que foram construídos de forma irregular. Observando também o Mapa 2 percebe-se como as ruas são distribuídas entre as áreas de estudo, sendo classificadas por cores: azul representa as áreas irregulares, amarelo representa as áreas regulares e a cor laranja representa as áreas que foram regularizadas pela prefeitura, a qual construiu trabalhos de pavimentação e acesso à rede elétrica.

MAPA 2 – Áreas ocupadas e em ocupação (regular, irregular e regularizada)



FONTE: Adaptado pelo autor, IBGE, 2021.

Nesse sentido, Nascimento et al. (2011, p. 80) citando Chaves et al. (2001, p.18), em relação as ruas de Ponta Grossa-PR em 1910, afirma que “até essa época o traçado das ruas era definido por seu lugar de chegada e não por um planejamento do espaço urbano”, processo semelhante ao que originou a malha urbana municipal de Jacaraú-PB.

4.1 LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS

Desde 2018 com a aprovação da Lei Municipal nº 347/2018, Jacaraú possui um mapa oficial em que divide suas ruas em oito bairros, sendo eles: Centro, Caixa D'água, Aureliano Pessoa, João Franceliano, Pedro Duarte, São José, Virgílio Ribeiro e Ex-Combatente Jorge Vitorino.

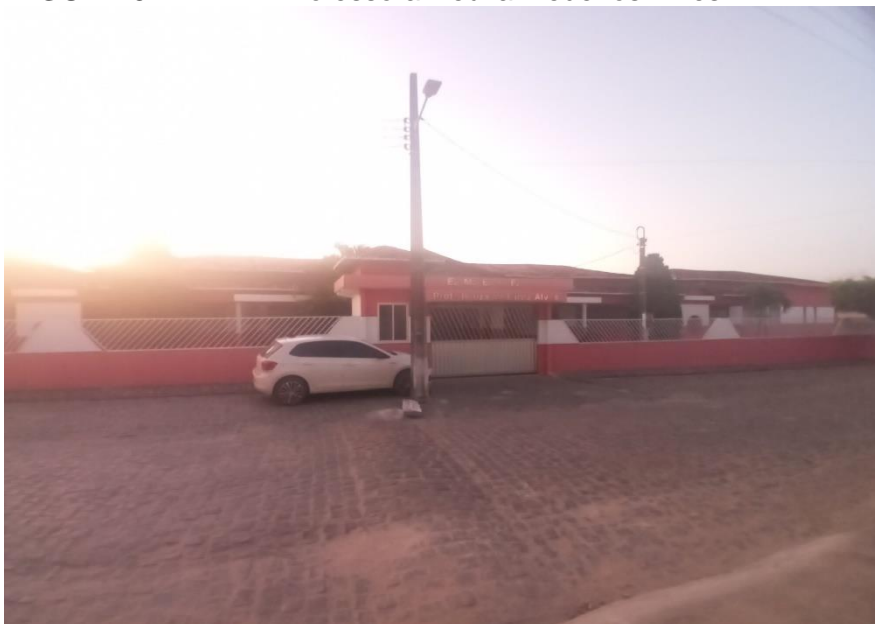
As principais infraestruturas encontradas no município se concentram em escolas e postos de saúde, não havendo meios de transportes públicos estatais tais como coletivos e similares, forçando a população a utilizar transportes públicos particulares a exemplo de mototáxis e carros alternativos, bem como, a presença de hospitais e maternidade a qual foi extinta no município, principalmente por questões políticas.

Das infraestruturas sociais que existem no município, a quantidade para atendimento nas estruturas físicas torna-se ineficazes e acabam por sobrecarregar os sistemas públicos. Das vinte escolas municipais e duas estaduais, que atendem cerca de 3.707 alunos, seis estão localizadas na área urbana da sede do município, sendo quatro municipais distribuídas entre Centros Municipais de Ensino Infantil (CEMEI) e ensinos fundamentais I e II e duas escolas estaduais exclusivas para o ensino médio. Essas instituições estaduais atendem cerca de 2.200 alunos do município, não contabilizando os alunos que frequentam a rede de ensino vindo de localidades rurais para as escolas urbanas e também alunos de escolas particulares.

FIGURA 4 – EMEIF Alzira Toscano Lisboa



FONTE: Autor, 2021.

FIGURA 5 – EMEIF Professora Neuza Medeiros Alves

FONTE: Autor, 2021.

FIGURA 6 – EMEIF Senador Ruy Carneiro

FONTE: Autor, 2021.

Analisando a localização das escolas, percebe-se a distância que os alunos percorrem até a instituição de ensino mais próxima que atenda seu grau de ensino. Na Tabela 2, observamos que a única escola de ensino fundamental II, localizada na área urbana do município, encontra-se no centro da cidade, mantendo uma distância entre vinte a trinta minutos a pé para as extremidades sul, norte e oeste do município.

Da mesma forma, ao observarmos o Mapa 3, as localizações dessas unidades de ensino se encontram mal distribuídas na malha urbana, sendo as instituições destacadas na cor azul referentes às escolas de ensino infantil e fundamental I, e na cor verde às escolas de ensino médio.

MAPA 3 - Mapa urbano municipal



FONTE: Adaptado pelo Autor; Prefeitura Municipal de Jacaraú, 2018.

Medeiros (2018, p. 245) abordando sobre os problemas de falta de infraestruturas sociais em bairros de Natal-RN, citando uma reportagem do Jornal Tribuna do Norte que apresentava questões sobre a educação, destacou que “a ausência das escolas, sobretudo secundárias, agregada à deficiência de transportes, avolumava-se com um grande problema enfrentado pelos moradores”. A autora também chama a atenção para o fato de que a construção de escolas não foi o “salvador da pátria” para aquelas localidades, já que as escolas necessitavam de infraestrutura humana para sua administração.

Já Da Silva Neto et al. (2014, p. 6), ao estudar a utilização espacial de São José da Laje-SE, destacou que “nesses lugares luminosos estão localizados os objetos

geográficos mais utilizados pela população urbana” demonstrando um confronto entre as áreas centrais, tidas como luminosas, e as periféricas, como apagadas. Aquelas possuem uma facilidade de acesso a estruturas sociais em detrimento dessas, ou melhor, “esses bairros se encontram bem mais próximos do hospital, das escolas, dos bancos, das secretarias e dos demais órgãos públicos”, realidade essa não muito diferente do município aqui estudado.

Tabela 2 – Distribuição escolar por bairros – Jacaraú, 2021

Distribuição das Instituições de Ensino por Bairros	
Centro	E.M.E.F. Senador Ruy Carneiro
	E.E.E.M. Castro Pinto
São José	E.M.E.I.F. Prof. Neuza Medeiros Alves
Caixa D'água	E.M.E.I.F. Alzira Toscano Lisboa
Pedro Duarte	E.C.I.T. Alzira Lisboa
Aureliano Pessoa	C.E.M.E.I. Prof ^a . Maria de Fátima Fidelis

FONTE: Autor, 2021.

De forma geral, é nítido que mesmo que as instituições de ensino estejam distribuídas em quase todos os bairros da cidade seu nível escolar é o que dificulta a distribuição do ensino de forma ampla e inclusiva. Pois é perceptível que os alunos de ensino infantil dos bairros periféricos, a oeste do município, se deslocam em grandes distâncias para serem atendidos nessas instituições e, ao mesmo tempo, estudantes de bairros periféricos a sul, leste e norte do município percorrem distâncias semelhantes ou maiores para frequentar a única escola de ensino fundamental nos anos finais, sem mencionar os estudantes de ensino médio.

Santos (1996, p. 17), ao abordar a quinta dimensão do espaço, declara que “a vida não é um produto da técnica, mas da política, a ação que dá sentido à materialidade”, demonstrando assim que todos os produtos da sociedade são ocasionados principalmente pelo meio político-social onde essa gênese determina o como e o onde iniciará ou se realizará as vivências socioespaciais.

Santos (2001, p. 119) observa que existem vazios geográficos que aparentam não ter pessoas, principalmente pela falta de infraestruturas sociais. O autor classifica como “espaços sem cidadãos”

Olhando o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informações gerais e

especializadas, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem. (SANTOS, 2001, p. 119-120).

A distribuição dos postos de saúde e do único centro de saúde parece acontecer de forma irregular. Como podemos perceber no Mapa 3, a distribuição dos centros de saúde (em amarelo) se concentram em três bairros distintos: Centro, Virgílio Ribeiro e João Francelino, formando um polígono próximo às extremidades do centro. A principal disparidade dessas estruturas de saúde se encontra na quantidade teórica de atendimento e a verdadeira demanda de atendimentos realizados, onde o Centro de Saúde Daura Ribeiro e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) Daura Ribeiro (ambos na mesma localidade) atendem grande parte da população urbana, atendendo, em sua totalidade ou em porção, seis dos oito bairros registrados no banco de dados municipal.

Essa caracterização espacial das distribuições dos postos de saúde evidencia uma sobrecarga para determinadas regiões em comparação a outras. Evidencia também, a necessidade de criação de novos postos de atendimento à saúde, principalmente nas porções do extremo leste da malha urbana.

Santos (2001) diz que

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questões de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 2001 p. 190).

O autor continua afirmando que “o planejamento social parte de uma definição de recursos que é residual” (SANTOS, 2001 p. 210), ou seja, os pedidos sociais são atendidos com recursos que sobram de “outras prioridades” como econômico, político, militar e estratégico, dessa forma, “as somas devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade”.

FIGURA 7 – Posto/Centro de Saúde Daura Ribeiro



FONTE: Autor, 2021.

FIGURA 8 – UBS Maria Auxiliadora dos Santos Gomes



FONTE: Autor, 2021.

FIGURA 9 – USF Amaro da Motta Silveira

FONTE: Autor, 2021.

Em se tratando dos meios de transportes públicos, o município possui apenas estruturas de atendimento para fins escolares. Não há nenhum meio de transporte público coletivo na área urbana e nas proximidades estudadas. Em relação às vias de acesso, grande parte dos bairros centrais são calçados, porém existem algumas exceções em que as ruas não são pavimentadas e/ou calçadas, ficando restritas aos novos loteamentos. Santos (2001, p. 124) declara que “a própria existência dos transportes coletivos depende de arranjos nem sempre bem-sucedidos e nem sempre claros do poder público e as concessionárias”.

Já em relação ao saneamento básico, a captação das águas cinzas e pretas são realizadas em sua maioria por fossas sépticas e tubulações improvisadas pelos moradores de cada bairro, havendo ainda, principalmente em bairros periféricos de baixa renda, esgoto a céu aberto. Sobre a disponibilidade de água tratada, a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA) atende todos os pontos urbanos municipais, bem como, a Energisa-PB fornece energia elétrica a todas as regiões estudadas.

A presença de praças é constante na malha urbana possuindo cerca de 10 praças ou áreas com estruturas semelhantes a praças, com exceção dos novos loteamentos e dos bairros da Caixa D’água, Pedro Duarte e Ex-Combatente Jorge Vitorino.

Amanajás e Klug (2018) declaram que

A dimensão sociocultural pode ser considerada como um aspecto fundamental para o desenvolvimento das cidades. [...] A dimensão cultural permite a humanização das cidades, uma vez que seus diversos movimentos estimulam: a união de comunidades diferentes; a criação e a preservação do patrimônio urbano material e intangível; o combate aos estigmas que permeiam a exclusão social; o respeito a comunidades tradicionais; o estímulo ao desenvolvimento econômico [...] a produção da saúde, o desenvolvimento de condições de convivência e mobilidade nas cidades, entre outros exemplos. (AMANAJÁS e KLUG, 2018, p. 41).

Com a falta ou distribuição desigual no espaço dessas estruturas, as cidades acabam não obtendo um pleno desenvolvimento estrutural, social e econômico, tornando-as desumanizadas, antissociais e produzindo a perda da identidade geohistórica dos novos residentes, quer sejam por migrações, quer por nascimento.

5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS E O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA

Santos (2013, p. 96) declara que “a organização interna de nossas cidades grandes, pequenas e médias, revelam um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutualmente se causam, perpetuando a problemática”, ficando evidente que o problema de planejamento urbano brasileiro atinge todos os níveis sociais e hierárquicos das cidades, bem como, são problemas que interferem fortemente na vida do cidadão e são problemas que possuem solução, basta o poder público investir para resolver esses problemas.

Guedes et al. (2017, p. 332) declara que “os governantes, tidos como representantes dos interesses da população, devem atuar como agentes modeladores para a estruturação do município” e, corroborando com esse pensamento, o autor cita Abiko *et al.* (1995, p. 46) que declara que as cidades “deverão satisfazer às necessidades individuais e coletivas” e que o “processo dirigido para operar a cidade, dá-se o nome de gestão urbana”, gestão essa que em muitas das nossas cidades está à mercê da própria sorte ou de apadrinhamento político.

A partir do momento em que há uma disparidade em organizar e criar novas estruturas como escolas, postos de saúde, coleta de esgoto, transportes públicos e outros, surge uma espécie de cisão social, a qual é caracterizada como um processo excludente e, como bem classificou Kowarick (1979) como “Espoliação Urbana” e Medeiros (2018) como “segregação”, uma vez que a falta dessas infraestruturas

transforma os moradores de bairros periféricos em ilhados urbanos e dificulta o bom desenvolvimento social da localidade.

Medeiros (2018, p. 246) conclui que “a carência e a ausência de serviços remetem tanto a questões de gestão e dos recursos do poder público, quanto ao fato de não serem lucrativos naquele momento para as investidas de capital privado”. O papel das instituições privadas é importante para a economia de forma geral, principalmente em pequenas cidades onde a principal fonte de renda se encontra no empreendedorismo ou na vinculação contratual em uma prefeitura. Damiani (2015, p. 55) enfatiza que “a razão conquistada pela espécie humana não pode ser um privilégio do homem cultivado, um privilégio de classes”.

Sposito (2000, p. 78) apresentou alguns problemas enfrentados pelas grandes cidades, mas que não estão distantes das realidades das pequenas cidades brasileiras, “a falta de habitação, de água encanada, de esgoto, de creches, escolas, hospitais, transportes coletivos, e até de áreas de lazer” não são apenas problemas de metrópoles, mas de pequenos centros urbanos também. Sposito (2000, p. 74) ainda conclui que “esses problemas poderiam ser amenizados ainda que os salários não fossem altos, por que a solução deles não precisam passar pela compra individual [...] Esses bens e serviços são coletivos e devem ser implantados pelo estado”. Estado esse que por falhos investimentos e aplicação dos recursos públicos em áreas “desnecessárias” acaba em situação de defasagem e precariedade em seus serviços.

Em suas considerações finais, Guedes et al. (2017) conclui que:

Devido ao crescente desenvolvimento urbano se faz necessário planejar o espaço de modo a democratizar a cidade e fornecer à população redes de infraestruturas que atendam às necessidades mínimas [...] minimizando os impactos gerados na cidade e no meio ambiente. (GUEDES et al., 2017, p.337).

Por fim e baseado no pensamento de Santos (2002), percebemos que “a geografia se ocupa das relações entre a sociedade e o seu entorno, desde a comunidade humana e o planeta até a escala do lugar menor”. E esse lugar pode e caracteriza-se em localidades de convívios urbanos sociais, intimamente ligados à rotina diária de determinado grupo social.

6. CONCLUSÃO

O urbano é sem dúvida um dos espaços que se constituem o maior interesse geográfico em relação as dinâmicas espaciais, sociais, econômicas e políticas. É o espaço pelo qual a vida da maioria dos habitantes de um município depende, de forma direta ou indireta. Seu crescimento e suas modificações territoriais, ao longo do tempo, contribuem para produzir disparidades sociais as quais segregam, excluem e separam grupos sociais principalmente por meio da aquisição ou não de bens, proximidade ou existência de infraestruturas sociais.

Ao longo dos anos, tem havido um despertar de geógrafos em relação aos problemas enfrentados pelas áreas urbanas, principalmente para aquelas áreas que se caracterizam como pequenas e médias cidades, termo esse ainda sem classificação oficial para todos os geógrafos.

No Brasil, especialmente nos pequenos centros urbanos, com a intensificação do processo de urbanização, segundo Moreira e Targino (2003), “surgiram novos mecanismos de sustentação de poder local de modo que o controle fundiário não é mais a matriz do poder político [...] O tempo passou, novos senhores travestidos de novas roupagens se sucederam”. Evidenciando assim, os processos que permitem o novo “coronelismo” em nossas cidades e um sistema governamental de privilégios para os privilegiados.

Em relação ao meio urbano do município de Jacaraú-PB ficou evidente que grande parte de sua região urbana tem défices em estruturas sociais, as quais são de muitíssima importância para a diminuição, ou extinção, das segregações sociais entre os bairros mais centrais e os periféricos.

Cabe ao poder público atentar para a falta de infraestruturas que atendam a população e que são amparadas pela constituição, bem como, implantar essas infraestruturas em pontos periféricos do município para atender a população desses novos loteamentos e bairros, já que grande parte das estruturas atuais estão concentradas em áreas centrais da cidade, investindo e disponibilizando meios para sua criação.

Mariano Neto e Arruda (2010) declaram que “tanto o cidadão, quanto a sociedade está na base de constituição do poder local”, sendo assim, evidencia-se o papel do poder público local como detentor de transformar o meio socioespacial do município.

A criação de “fixos públicos” ou “privados”, no decorrer do tempo, transformaria o espaço e traria melhorias sociais para a vida das pessoas que vivem em regiões periféricas do município, amenizando situações corriqueiras e problemáticas em que essa população está inserida. Santos (2007 p. 142) declara que “os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer”.

Não somente o poder público deve agir, mesmo sendo o dever dele, mas a população também deve lutar por melhorias sociais para as regiões em que vivem, principalmente as periféricas, e descentralizar o poder e a centralidade das infraestruturas sociais.

Este trabalho não finaliza as análises vindouras e as caracterizações das melhorias sociais no meio urbano das cidades, especialmente as pequenas, no decorrer do tempo. O objetivo é contribuir com pensamentos e reflexões sobre o meio urbano das pequenas cidades, as quais brotam como guias para soluções de problemas evidentes da segregação espacial nas cidades devido à falta de infraestruturas e estruturas sociais periféricas e por melhorias das já existentes. Como bem destacou Santos (2002, p. 31) “mesmo que haja ainda muito o que fazer, o inventário do trabalho dos geógrafos e da geografia do Brasil é positivo e encorajador”.

REFERÊNCIAS

- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. 2018.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- DAMIÃO, Abraão Pustrelo. ESPAÇO URBANO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O ESPAÇO URBANO CAPITALISTA E O CASO DE MARÍLIA-SP. **Revista LEVS**, n. 14, 2014.
- DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. **América Latina: cidade, campo e turismo**, p. 135-147, 2006.
- DAMIANI, Amélia Luísa. A geografia e a construção da cidadania. **A Geografia na sala de aula**, v. 5, p. 50-61, 1999.
- DA SILVA NETO, Antônio Lopes; DA SILVA, Amistson Lopes; DOS SANTOS, Clélio Cristiano. **GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES: POBREZA ESTRUTURAL E USO DO TERRITÓRIO EM SÃO JOSÉ DA LAJE-AL**.
- DE DEUS, Joao Batista. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 81-91, 2004.
- DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora: Vozes Limitadas, 2011.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Georaguia**, v. 8, n. 1, 2018.
- GOOGLE. **Google Earth website**. <http://earth.google.com/>. 2021.
- GUEDES, Gunar Henrique *et al.* Redes de infraestruturas urbanas e suas relações com os componentes técnicos, sociais e ambientais. **Revista Valore**, v. 2, n. 2, p. 329-340, 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JUNIOR, Orlando Moreira. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 20, 2010.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Editora Paz e Terra, 1979.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Vozes, 2007.

MARTINE, George Roger. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. 1994.

MAXI. **Ensino Fundamental 2. História. 6º ao 9º ano. Caderno 1 a 4**. Professor / Obra Coletiva. Responsável Thais Ginicolo Cabral. 1ª Ed. São Paulo. Maxiprint, 2019.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal**. 2018.

MOREIRA, Emilia *et al.* Estruturação do território municipal paraibano: na busca das origens. **Cadernos do Logepa**. João Pessoa: Série Texto Didático, n. 2, p. 1-13, 2003.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa-PR. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, 2011.

SANTOS, MILTON. **O Espaço da Cidadania e Outras Reflexões / Milton Santos**. Organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2001. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1996.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. Edusp, 2009

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2013.

SOARES DE FARIAS, Raquel. O processo de urbanização no município de Jacaraú-PB. *In*: MARIANO NETO, Belarmino. ARRUDA, Luciene Vieira de. (Orgs.). **Geografia e Território – planejamento urbano, rural e ambiental**. João Pessoa: Ideia, 2010, p. 29-41.

SPOSITO, M. ENCARNAÇÃO BELTRÃO. **Capitalismo e Urbanização**, 10ª ed. São Paulo-SP: Contexto, 2000.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **Campinas: autores associados**, v. 9, 2002.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades Médias e Pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 29, p. 135-156, 2007.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o qual por meio de sua palavra e de louvores trouxe-me paz e calma nesse processo de escrita, principalmente nos momentos de planejamento criativo.

A meus pais e irmãs, Maria Nauzidir, José Carlos, Karla Franciely e Karla Flaviane por me incentivarem durante toda minha jornada acadêmica através de palavras, olhares, abraços e, principalmente, pelo amor incondicional. Por sonharem comigo e por todos os momentos em que trouxeram paz ao meu coração. Vocês sabem que sempre estarei aqui! Amo vocês!

À professora mestra e minha orientadora, Ana Carla. Como um anjo, a senhora apareceu e trouxe-me forças para chegar onde cheguei. Agradeço por todos os momentos de aconselhamento e pela pessoa que a senhora é! Sou muito grato por tudo!

Aos meus professores durante o curso, Fábio, Luciene, Elton, Sharlene, Luiz Arthur, Lanusse, Leandro, Belarmino Mariano, Edvaldo Lima, Aletheia, Rônia, Ivanildo, Francislaian Karla e, em nome da professora Angélica, agradeço à equipe da coordenação por todo carinho e atenção.

Aos meus amigos da turma 2015.1, Joyce, Anny, Edson, Dial, Fran, Tia Cris, Thays, Lucas, João Marcos, Fá (In memoriam) e todos aqueles que construí uma amizade verdadeira no campus III da UEPB, os quais levarei para sempre marados em meu coração.

Aos amigos do ônibus, Luh, Hellen, Daniel, Lailton, Dinho, Diana, Juh, Dani, Vani e todos que me fizeram companhia durante as idas e vindas a Guarabira, animando e salvando-me durante o percurso, o futuro nunca será o mesmo!

À Igreja Adventista do Sétimo Dia, em especial a de Jacaraú-PB. Foi ali que pude me recarregar a cada sábado da correria da semana.

Aos meus amigos de infância Jaldyelle, Netto, Mariana, Elis Cássia, Micarla, Eren, por sempre me animar e estar ao meu lado.

Aos meus amigos de fé, do Clube de Desbravadores, do Ministério Jovem Adventista, não coloquei nome por nome por medo de esquecer alguém mas sintam-se representados aqui galera!

Há muito o que agradecer, por isso sou grato a todos aqueles que cruzaram meu caminho e, de alguma forma, incentivaram-me a prosseguir, cada aula de campo, cada encontro, cada lágrima e sorrisos. É nesse momento que vem à mente

a letra de uma música que me tocou em todos os momentos que me encontrava desesperado. Ela diz:

Eu aprendi qual é o valor de um sonho alcançar
Eu entendi que o caminho pedras terá
Eu vi em campo aberto se erguer construção
E foi com muitas pedras, e foi com muitas mãos
Eu vi o meu limite vir diante de mim
Eu enfrentei batalhas que eu não venci
Mas o troféu não é de quem não fracassou
Eu tive muitas quedas, mas não fiquei no chão
E ao olhar pra trás, tudo que passou
Venho agradecer quem comigo estava
Ergo minhas mãos pra reconhecer
E hoje eu sou quem eu sou
Pois Sua mão me acompanhava
Mas eu sei, não é o fim, é só o começo da jornada
Eu abro o meu coração pra minha nova história
Vejo vitórias e hoje eu olho pra trás
E a minha frente eu sei (na minha frente eu sei)
Existem muito mais (existem muito mais)
Eu sei que minha jornada aqui só começou
Ao longo dessa estrada sozinho não estou
E ao olhar pra trás, tudo que passou
Venho agradecer quem comigo estava
Ergo minhas mãos pra reconhecer
E hoje eu sou quem eu sou
Pois Sua mão me acompanhava
Mas eu sei, não é o fim, é só o começo da jornada
Eu abro o meu coração pra minha nova história.
Nova história, Composição: Pedro Valença

Por tudo, AGRADEÇO!